A AGENDA 2030 DA ONU E A IMPLEMENTAÇÃO NA REGIÃO DO BAIXO TOCANTINS

Ronivaldo Ribeiro Moraes

A Agenda 2030 é um conjunto de ações de responsabilidades dos estados para com o futuro do planeta e da população. O plano político acordado pela cúpula das nações unidas se refere a 17 objetivos e 169 metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que incluem diversos temas como erradicação da pobreza, segurança alimentar e agricultura, saúde, educação, igualdade de gênero, redução das desigualdades, energia, água e saneamento, padrões sustentáveis de produção e de consumo, mudança do clima, cidades sustentáveis, proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres, crescimento econômico inclusivo, infraestrutura e industrialização, governança, e meios de implementação (ITAMARATY, 2015).

Ao se propor investigar: Como a implementação de uma política, tal qual ,a agenda 2030, da Onu vem acontecendo com suas concordâncias e discrepâncias no Brasil, especialmente, na região do Baixo Tocantins, do Estado do Pará, no que tange aos objetivos 1, 2 e 4 da ODS? isso se torna um desafio.

Para tal, este estudo pretende como objetivo geral: Identificar e Analisar como a implementação de uma política, tal qual ,a agenda 2030, da Onu vem acontecendo com suas concordâncias e discrepâncias no Brasil, especialmente, na região do Baixo Tocantins, do Estado do Pará, no que tange aos objetivos 1, 2 e 4 da ODS?

Buscando de forma mais especifica: 1.Identificar e Analisar os documentos oficiais da Agenda 2030 relacionados aos objetivos 1, 2 e 4 da ODS, no que diz respeito, a implementação dessa políticas governamental e sua eficácia; 2. Identificar se de fato a Agenda 2030, instituída, atende aos interesses e necessidades reais da vida

das pessoas da região do Baixo Tocantins, considerando as questões culturais, sociais ou econômicas, no que tange, aos objetivos 1, 2 e 4 da ODS. 3. Identificar os obstáculos que possam estar potencializando/inviabilizando a eficácia da implementação das politicas referentes aos objetivos investigados da ODS.

Assim, o presente estudo procura trazer uma compreensão ampla a respeito da Organização das Nações Unidas, e do surgimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda de 2030, assim como, das perspectivas do Brasil no desenvolvimento amplo desses objetivos globais e sua implementação na Região do Baixo Tocantis do Estado do Pará.

Vale destacar, o recorte utilizado no estudo, que consiste na definição de apenas 3 objetivos da ODS que ocorreu devido à extensão e complexidade dos assuntos dos demais objetivos, procurando investigar o que mais se considerou importante para a microregião de Cametá/Pa, Brasil. Logo, direcionou-se especificamente para o objetivo 1.erradicação da pobreza procurando perceber como a agenda 2030 pretende acabar com a pobreza em todas as suas formas. 2. Fome Zero e Agricultura Sustentável observando como as políticas da ODS buscam acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável e 4. Educação de qualidade percebendo como se pretende assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Desse modo, procurou-se uma metodologia de pesquisa que mais pudesse trazer a confiabilidade do estudo. Assim, a pesquisa foi de caráter exploratório que segundo Gil (2002, p.41) “pesquisas exploratórias tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses, inclui levantamento bibliográfico de documentos e entrevistas”. Nesse aspecto, pretende-se realizar entrevistas do tipo semiestruturada em pontos focais da

região Norte do Brasil especialmente, no Baixo Tocantins que constituem os Municípios de Abaetetuba, Baião, Cametá, Igarapé- Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Oeiras do Pará. Os possíveis sujeitos da pesquisa: líderes de governo, representantes da sociedade civil organizada, iniciativa privada, indígenas, quilombolas, empresários, líderes sindicais e políticos etc. Buscando compreender a realidade e especificidade de cada local da microrregião de Cametá /Pa. Também, a analise documental de documentos oficiais como a Agenda 2030 (PLATAFORMA AGENDA 2030), o (ABC da ONU ,2009) (RELATÓRIO LUZ DA AGENDA 2030) etc.

Assim sendo, o presente trabalho apresenta a abordagem qualitativa que de acordo com Creswell (2007, p. 186) "o ambiente natural é a fonte direta de dados e o pesquisador, o principal instrumento, sendo que os dados coletados são predominantemente descritivos". Além disso, o autor expõe que a preocupação com o processo é muito maior do que com o produto, isto é, o interesse do pesquisador ao estudar um determinado problema é verificar "como" ele se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas.

Também, fez -se uso da pesquisa quantitativa que trouxe para o estudo dados do Instituto de Pesquisa econômica Aplicada (IPEA) sobre os indicadores socioeconômicos e sociais e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) e aplicação de questionários que possibilitou um levantamento numérico a cerca dos objetivos da ODS estudados nos municípios pesquisados.

Para o tratamento de dados será feita a utilização da "análise de conteúdo que prevê três fases fundamentais [...] pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados-a inferência e a interpretação". (BARDIN, 2011, p.182).

Ao problematizarmos o estudo conversamos com Almeida (2010, in. ESTUDOS AVANÇADOS, 2010) para dizer que "o Baixo Tocantins se encontra numa zona de

fronteira". "A microrregião localiza-se entre a Amazônia Central e Amazôiia oriental, no nordeste do Pará, por onde passa a linha dividindo coincidentemente a microrregião do Baixo Tocantins e a de Tucuruí (COSTA, 2006, p.21).

Também, verifica-se que a população da região do Baixo Tocantins, de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) apontam que corresponde a 494.455 habitantes. A população rural ocupa duas dinâmicas distintas: terra firme e a região das ilhas. na primeira, predomina o cultivo da mandioca para a produção de farinha; enquanto nas ilhas o açaí desponta como a principal produção. Além da palmeira do açaí nas ilhas há grande incidência de buritizais, entre outras espécies.

Gilson Costa (2006) expõe ainda que as pesquisas sobre a Amazônia indicam que a atividade madeireira foram e ainda são o início do desflorestamento. As análises feitas por ele, sobre o Baixo Tocantins, apontam que o processo na região teve início na década de 1960 e se estendeu até a década de 1990. "As áreas de terra firme desflorestadas são ocupadas por agricultura tradicional de corte e queima, onde basicamente se cultiva mandioca, o principal produto dessa zona" (COSTA, 2006, p.25). "Quanto à região das ilhas, que também sofreu desflorestamento nos estudos avançados mesmo período, esse foi bem menos intenso, com menor impacto, até porque não havia grandes concentrações de espécies madeiráveis como na região de terra firme, o que, dentre outros fatores, permitiu a essas áreas relativas conservação (ibid.).

O autor ainda complementa ao dizer que nos dias atuais, as atividades de agricultura e do extrativismo regem a economia local. As análises de Gilson Costa sobre a região atestam que a renda agrícola advinda da agricultura e do extrativismo responde por mais de 60% da economia dos municípios da região do Baixo Tocantins.

Costa (2006) ainda apresenta o campesinato na Amazônia e sua precariedade

como uma característica de vida da população campesina na região. Precariedade que vai desde a baixa escolaridade, baixo uso de insumos, pouca capacidade na produção e comercialização, grandes distâncias dos centros de comercialização, o que facilita a ação de atravessadores, além de ausência/insuficiência de assistência técnica as grandes famílias e a saúde.

Desse modo, após esse pequeno levantamento sobre a região do Baixo Tocantins como ponto de partida para esse estudo conhecer este espaço é preponderante para investigar como a implementação de uma política, tal qual ,a agenda 2030, da Onu vem acontecendo com suas concordâncias e discrepâncias no Brasil, especialmente, na região do Baixo Tocantins, do Estado do Pará, no que tange aos objetivos 1, 2 e 4 da ODS? A fim de sanar as problemáticas apontadas acima.

Como podemos inferir como uma análise inicial os municípios do Baixo Tocantins ainda

Possuem um perfil socio econômico em que a maioria da população encontra-se no campo e que vivem especialmente da monocultura, do extrativismo ou de benefícios sociais como o bolsa família e seguro defeso. Desse modo, ainda é preciso maior desenvolvimento sócio-econômico da comunidade local e de suas atividades agrícolas mediante a uma economia de sustentabilidade como estratégia de desenvolvimento pois, também, ainda há ausencia de assitencia técnica e financiamneto rural para a agricultura familiar. É impotante dizer que essas populações em geral ainda possuem uma precariedade na educação em que algumas políticas educacionais ainda não chegaram ou ainda acontecem de modo bastante tímido.

Assim, a agenda 2030 propõe como meta: “até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e

controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças (AGENDA 2030, 1.4).

Também, no objetivo 2 da Agenda (2030, 2.3): Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola.

Conclui-se desse modo, com base nas duas metas que é preciso garantir assistência técnica e linhas de financiamentos específicos para os produtores rurais de acordo com suas realidades, promover cursos de empreendedorismo e incentivar criação de cooperativas para agregar valor aos seus produtos e derivados, gerar emprego e renda e consequentemente promover a agricultura sustentável e contribuir para a erradicação da fome nessa região .

Por fim, no Objetivo **4.7:** "Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável. (AGENDA 2030). Assim, homens e mulheres poderão ter acesso a uma educação de qualidade e considerando as especificidades de sua realidade local. Logo, é preciso investir em programas de educação para o campo, que seja adequado as realidades das comunidades agrícolas considerando aspectos sociais e economicos pautados num

ideal de sutentabilidade.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA. Rogério. **Amazônia, Pará e o mundo das águas do Baixo Tocantins** (2010). In: **Estudos Avançados** (2010). Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/SjrQ9BqjDpRtD4ndNnNfxcM/. Acesso em: 03/12/2023.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

CRESWELL. W. John. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**; tradução Luciana de Oliveira da Rocha. - 2. ed. - Porto Alegre: Artmed,2007. 126 páginas.

COSTA, G. s. **Desenvolvimento rural sustentável com no paradigma da agroecologia**. Belém: NAEA/UFPA, 2006.

GIL, C. Antônio, 1946-. **Como elaborar projetos de pesquisa**/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo. Atlas, 2002. Bibliografia. ISBN 85-224-3169-8. 1 ...

GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL, **Relatório luz da agenda 2030 de**

desenvolvimento sustentável síntese II.. Disponível em: https://brasilna

agenda2030.files.wordpress.com/2018/07/relatorio-sicc81ntese_final_download.pdf . Acesso

em: 30 nov. 2023.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo demográfico, IBGE, 2022.

IPEA. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180801_ods_metas_nac_dos

_obj_de_desenv_susten_propos_de_adequa.pdf - Acesso em: 03 dez. de 2023.

ITAMARATY. Ministério das Relações Exteriores. **Objetivos de Desenvolvimento**

Sustentável (ODS) - 2015. Disponível em: < http://www.itamaraty.gov.br/ptBR/politicaexterna/ desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/134-objetivos-de-desenvolvimentosustentavel-ods> . Acesso: 02/12/2023.